



**Assessoria à Implementação de Propostas de
Políticas Públicas de Fomento ao
Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional
nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Mapeamento técnico para a região de articuladores
de Bauru**

SUMÁRIO EXECUTIVO

Bauru, 08 de janeiro de 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Introdução

Este documento refere-se à primeira etapa do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getulio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Para a implementação deste projeto o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões¹, conforme apresentado a seguir, com destaque para a região de Bauru, objeto deste documento.

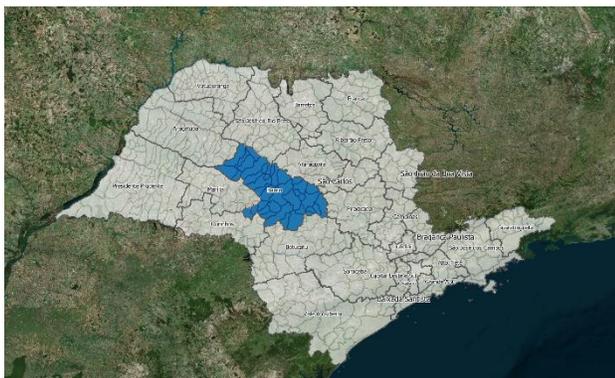


Figura 1: Divisão regional do projeto

Nesta etapa é apresentado o **Mapeamento Técnico da Região de Bauru**, o qual objetiva fornecer informações relevantes para construção de agenda de ação conjunta e sugestões de formulação e implementação de

políticas públicas ligadas a sete temas principais:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

O diagnóstico conta com a descrição detalhada sobre três dimensões de análise. Cada uma delas se alinha a questões referentes às sete diretrizes acima mencionadas:

- ▣ **Dimensão social:** compreende dados de demografia, educação, saúde, assistência social e índices de desenvolvimento humano;
- ▣ **Dimensão econômica:** contempla dados regionais sobre o Produto Interno Bruto (PIB), as vocações econômicas e o setor agropecuário; e

¹ As Regiões de Articuladores correspondem aos conjuntos de municípios que formam as áreas de atuação

e de aplicação dos Planos de Ação desenvolvidos no âmbito deste Projeto.

- ▣ **Dimensão institucional:** abrange dados fiscais recentes, o cenário de consórcios intermunicipais e de instrumentos de planejamento, bem como dados sobre inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais.

As fontes utilizadas consistem, principalmente, das versões mais recentes de bancos de dados públicos como os mantidos por: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Receita Federal, entre outros. Para tópicos específicos, como inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais, foram utilizados dados coletados em pesquisa primária realizada conjuntamente pela equipe especializada do SEBRAE-SP e a equipe técnica da FGV junto a uma amostra de municípios do estado de São Paulo.

Assim, a aproximação analítica com a região foi realizada com metodologia coerente com a proposta discutida com o SEBRAE-SP, visando a produzir um diagnóstico regional capaz de direcionar a formação da agenda de políticas e a formulação do plano de ação que será aplicado posteriormente no decorrer do projeto.

2. A dimensão social

2.1 Características demográficas

A população da região, fortemente concentrada nas cidades de Bauru e Jaú (lares de 45,3% do total), alcança 1.162.841 habitantes, que se distribuem por 39 municípios. Isso equivale a 2,5% do total estadual (45.919.049 moradores). Além disso, seu crescimento populacional em anos recentes (0,8%) é equivalente ao observado no conjunto do Estado de São Paulo, porém apenas o 17º entre as demais regiões paulistas.

Em termos da estrutura etária, verifica-se distribuição assemelhada na comparação região-estado, mas regionalmente subrepresentada entre as mulheres com menos de 50 anos e homens jovens abaixo de 25 anos. A partir dessas idades os grupos etários de ambos os sexos passam a estar comparativamente sobrerrepresentados na pirâmide regional. Isso indica que o processo de transição demográfica pode estar em estágio mais avançado na região, o que impacta a natureza dos serviços públicos mais demandados.

Complementarmente, tem-se que a razão de sexos (99 homens/100 mulheres) é a 6ª maior do estado. Já a razão de dependência, que indica a presença de 44 jovens abaixo de 14 anos e idosos acima de 65 anos para cada 100 indivíduos com idades entre 15-64 anos, é a 13ª



mais elevada. O índice de envelhecimento (60 idosos/100 jovens) é 13,2% maior na região, o que a torna a 12ª mais envelhecida do Estado de São Paulo.

A respeito da taxa de fecundidade regional, esta se mostra reduzida (1,57 filho/mulher), sendo cerca de 7% inferior à média estadual (1,68) e a 19ª dentre todas as regiões paulistas. Distributivamente, a fecundidade atinge ápice entre as mulheres de 20 a 29 anos, padrão equivalente ao estadual. A combinação de baixa fecundidade e sub-representação de grupos etários mais jovens, especialmente entre as mulheres, é indicativo de possível dificuldade futura de suprimento interno à região de mão-de-obra em idade economicamente ativa.

Por fim, sobre a mortalidade, a taxa bruta (TBM) regional sofre impacto da maior presença de populações mais envelhecidas na região, o que contribui para que a TBM aferida se situe no patamar de 7,4 óbitos/1.000 habitantes, cerca de 12,4% superior aos 6,6 óbitos/1.000 habitantes observados no conjunto do estado. Tal esperado padrão de maior mortalidade na região se repete tanto entre os homens (TBM de 8,0 ante 7,3) quanto entre as mulheres (TBM igual a 6,8 ante 5,9). Analisando-se a mortalidade por grupos etários, nota-se que ela é menor na região para os homens entre 5-39 anos ao mesmo tempo em que existe alta

sobreposição nas curvas de mortalidade feminina, com exceção dos grupos entre 10 e 19 anos (maior no estado) e 25 e 44 anos (maior na região).

Todos esses indicadores ajudam a delinear as principais características demográficas da região de Bauru, tarefa diagnóstica essencial e que precede o desenho e a implementação de políticas públicas regionalmente customizadas.

2.2 Características educacionais

A primeira análise consiste no número de matrículas por docente (indicativo de sobrecarga do sistema educacional). A esse respeito, a região apresenta números inferiores de matrícula por docente em todos os níveis dos ensinos fundamental e médio. Pode-se caracterizar a região como um local dependente do ensino público, uma vez que a rede pública concentra, em cada etapa da Educação Básica, não menos do que 70% das matrículas totais. Com relação ao ensino profissional, destacam-se os fatos de que a modalidade predominante seja, em termos de matrículas por docente, o curso concomitante ao ensino médio bem como de que não exista oferta de cursos da rede federal para nenhum dos 22 eixos temáticos. Essa lacuna prejudica o processo de qualificação da mão-de-obra regional, o que resulta em potencial de impacto negativo sobre a produtividade e as



perspectivas de emprego e renda dos trabalhadores.

Quanto aos dados mais atuais do IDEB (2019), 94,9% dos municípios apresentaram notas abaixo da meta para os anos finais do ensino fundamental, frente ao nível também elevado de 89,3% no estado. Embora a menor capacidade de cumprimento da meta se dê nos anos finais do ensino fundamental, há também certo descompasso na comparação região-estado em seus anos iniciais, etapa em que a participação dos municípios com baixa performance no total regional é de 46,2% ante 42,5% no conjunto do Estado de São Paulo. Patamar semelhante se dá no ensino médio, em que a participação dos municípios da região com notas abaixo da meta é de 48,7%, cerca de 75,5% acima do que aquilo observado no estado (27,8%).

Isso não significa, porém, que a qualidade aferida no ensino médio ou no início do ensino fundamental sejam, automaticamente, semelhantes e superiores, uma vez que as metas são heterogêneas e definidas para cada localidade bem como para cada etapa de ensino de modo isolado. Na realidade, um olhar mais aprofundado indica que, segundo os 2 indicadores-chave do IDEB – fluxo escolar e médias de desempenho em avaliações – as médias do ensino médio são inferiores (3,1, na região, e 4,1, no estado) quando confrontadas

com às do ensino fundamental em seus anos iniciais (6,5 e 6,5) e finais (4,6 e 5,1).

Por fim, o ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado (89,6% das matrículas) e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados a engenharia, produção e construção (22% ante 15% no estado) acompanhado de sub-representação entre os matriculados em cursos da área de educação (6% ante 17%). A região possui 19 instituições de ensino superior (3 públicas e 16 privadas), sendo 1 universidade, 3 centros universitários e 15 faculdades. Vale ressaltar que a quase totalidade das matrículas se dá na modalidade presencial (99,9%, ou 27.405 matrículas), padrão distinto daquele verificado para o conjunto do estado (73,6%, ou 1.643.637) o que mostra que o ensino superior à distância ainda é, em perspectiva comparada, uma modalidade incipiente na região.

2.3 Características da área de saúde

Os 39 municípios da região respondem por cerca de 3,9% (ou 3.393) do total de 86.020 de estabelecimentos de saúde disponíveis no estado. Apesar de aparentemente pouco equipada, a região se mostra, na verdade, sobrerrepresentada quando tal participação é confrontada com a sua parcela na distribuição

da população estadual (2,5%, ou 1.162.841 habitantes).

Na comparação com o restante do estado, nota-se ênfase na rede ambulatorial de média complexidade, que representa cerca de 2/3 dos estabelecimentos de saúde na região de Bauru (66,4%). Tal participação se mostra 6,1% superior ao índice estadual (62,6%), superioridade que só volta a se repetir entre os estabelecimentos hospitalares de alta complexidade (+9%), proporcionalmente mais presentes na região de Bauru. Por outro lado, nota-se participação comparada inferior na região entre os estabelecimentos ambulatoriais de atenção básica (-9,4%) e de alta complexidade (-20,8%) e na rede hospitalar de média complexidade (-7,1). Com relação às unidades ambulatoriais de média complexidade vale ainda enfatizar que quase a totalidade das 2.252 existentes na região – 2.235 unidades, ou 99,2% delas – se refere a equipamentos das redes municipais de saúde, padrão consonante ao observado no conjunto do estado (99,3%).

Apesar da boa oferta de estabelecimentos de saúde quando comparada às demais áreas do estado, a região de Bauru se mostra subequipada quanto à disponibilidade, por 100.000 habitantes, de ventiladores pulmonares (-11,7%) e de leitos em UTI (-7,5%), o que evidencia gargalo importante no enfrentamento da atual pandemia de COVID-

19. Já quanto a leitos de internação hospitalar há maior disponibilidade comparada (+55,2%).

As causas mais comuns de internação na região foram gravidez, parto e puerpério (grupo XV), doenças do aparelho digestivo (XI), lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas (XIX) e neoplasmas (II). Embora a gravidez, parto e puerpério sejam as principais causas de internação na região, sua incidência é menor do que aquela apresentada pelo Estado de São Paulo (-17,8%). Esta constatação está em consonância com a taxa de fecundidade total da região, cerca de 7% menor do que no conjunto do estado (1,57 ante 1,68 filho/mulher).

De maneira distinta, o grupo XIX, além de estar entre as principais causas de internação na região, também apresenta incidência 27,2% acima do que no estado. A alta participação de jovens do sexo masculino com idades entre 25-39 anos, grupo mais vulnerável à morte por causas externas, pode ajudar a explicar a sobrerrepresentação regional. Quanto aos demais grupos com alta participação – XI e II – esses são mais comuns em populações mais envelhecidas como aquela residente na região de Bauru, onde o índice de envelhecimento supera em 13,2% o índice estadual (60 ante 53 idosos/100 jovens).

O perfil de mortalidade é marcado por alta participação de doenças do aparelho circulatório (IX) e do aparelho respiratório (X) nos óbitos registrados. Somam-se a essas causas os neoplasmas (grupo II), segunda causa mortis mais frequente. Nos extremos da comparação região-estado, observa-se a sobrerrepresentação (+84,9%) de sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte (XVIII) e a sub-representação (-41,9%) das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (-53,8%).

2.4 Características da Assistência Social

A região apresenta volume de equipamentos de serviços públicos proporcionalmente superior à sua representação populacional. Embora a análise não explicita diretamente os efeitos da implementação das políticas públicas por meio desses aparelhos, é possível notar que há meios para que a cobertura das políticas de assistência social na região se dê de forma coerente. A região possui 53 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 13 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respondendo por cerca de 4,6% e 4,4%, respectivamente, do total de equipamentos disponíveis no estado. Há ainda 2 unidades dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), 423 Centros DIA de

Referência para Pessoa com Deficiência e 72 Unidades de Acolhimento, equipamento público destinado ao acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos.

Entre as 99.111 famílias cadastradas no Cadastro Único (2,4% do total estadual), a região possui um perfil diversificado que abrange indígenas, quilombolas, agricultores familiares, famílias em assentamentos de reforma agrária, catadores de materiais recicláveis e pessoas em situação de rua. Dentre todas essas classificações de famílias cadastradas no CadÚnico, os dados que se destacam são que a região de Bauru possui 10,7% do total de famílias em assentamentos de reforma agrária presentes no CadÚnico e 9,4% daquelas compostas por catadores de materiais recicláveis, percentuais cerca de 322,7% e 269,7%, respectivamente, superiores à participação demográfica da região no total estadual. A constatação desse perfil é um importante indicador da configuração das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção.

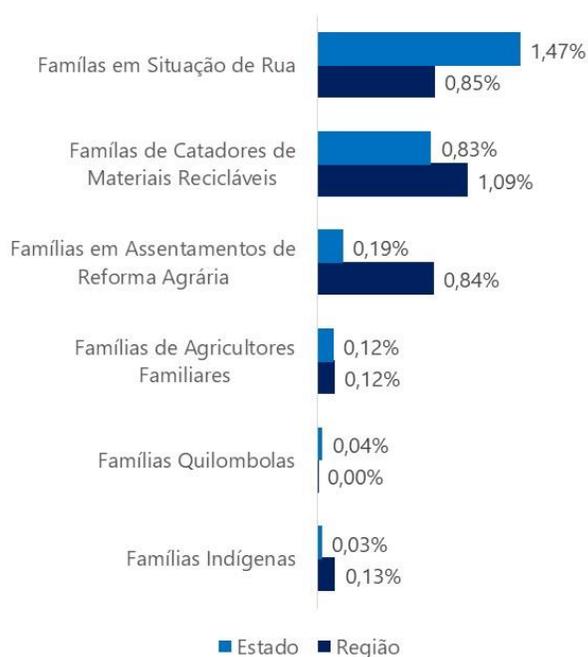


Figura 2: Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual

Com relação ao CadÚnico e à pobreza, a região de Bauru possui -6,4% cadastrados que a média das demais regiões. A situação da extrema pobreza é, comparativamente, ainda menos crítica, uma vez que o contingente populacional vivendo em tal situação de vulnerabilidade é 21,8% menor na região ante o Estado de São Paulo. Ressalta-se, porém, que tal situação não deve ser sobrestimada dado que 6,8% da população total da região se encontra nessa situação.

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos da região recebem auxílio financeiro é o Bolsa Família (8,6% das famílias). A região ocupa posição inferior (19º lugar) no ranqueamento das regiões paulistas segundo as maiores parcelas populacionais beneficiárias do auxílio. Isso indica menor vulnerabilidade socioeconômica na região quando comparada às demais regiões paulistas.

Outra modalidade de transferência de renda que ganhou espaço em tempos recentes, devido à pandemia de COVID-19, é o auxílio emergencial. Bauru ocupa a penúltima posição no ranqueamento dos maiores beneficiados pelo programa, uma vez que 8,0% da sua população é recebedora do auxílio emergencial (ante média estadual de 9,0%).

Como consequência histórica da infraestrutura social disponível para a população, a região apresenta, tanto para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) quanto para o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)², níveis próximos, para as dimensões educação e longevidade, porém mais baixos para a dimensão renda quando comparada à média

² O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é formado por três indicadores sintéticos setoriais: renda, escolaridade e longevidade; e 5 tipologias para

municípios: dinâmicos, desiguais, equitativos, em transição e vulneráveis social. Maiores detalhes em < <http://www.iprs.seade.gov.br> >

paulista. Quanto à classificação dos municípios por grupos de IPRS, existe concentração deles nos grupos em transição, dinâmico e equitativo apesar da população, em sua maioria, residir em localidades classificadas como dinâmicas. Em contrapartida, ao se comparar com o Estado, a população residente em municípios classificados como desiguais se mostra reduzida.

3. A dimensão econômica

3.1 PIB regional

A análise do PIB revela certa disparidade entre os indicadores regionais com os do Estado e das demais regiões. Ademais, um olhar sobre o PIB intrarregional evidencia que os municípios pertencentes à região de Bauru são extremamente diferentes, com certas localidades podendo ser consideradas ricas e outras pobres. Tal discrepância indica que o desempenho econômico relativamente abaixo da média na região como um todo não pode ser explicado por fatores geográficos, o que demonstra o potencial de crescimento da região, caso municípios com baixa geração de riqueza tenham atividades que alavanquem sua produtividade.

Com PIB per capita de apenas 73,2% do valor médio do estado, verifica-se que Bauru se trata

de uma região em patamar intermediário de desenvolvimento econômico (14^o lugar).



Figura 3: PIB per capita na região de Bauru em comparação com a média estadual

A maior diferença na comparação região-estado é observada na representatividade da agropecuária para o PIB regional de Bauru (+185,1%), demonstrando a vocação da região para esta atividade econômica, que tende a gerar menores valores de PIB per capita. Além da vocação para a agropecuária, observa-se maior participação da indústria no PIB regional (+19,1%), o que poderia configurar alternativa de agregação de valor para a cadeia produtiva iniciada na agropecuária.

Os setores de serviços e comércio são responsáveis por 56,5% da produção econômica da região, embora a proporção seja menor em relação à média estadual (-15,8%). Por fim, chama a atenção a representatividade dos serviços públicos para a composição do PIB regional, o que indica a existência de espaço

para ampliação da participação da iniciativa privada no desenvolvimento econômico da região.



Figura 4: Composição do PIB setorial na região de Bauru em comparação com o restante do Estado

3.2 Vínculos empregatícios e rendimentos

Na análise dos vínculos formais por porte de empresa é possível compreender que Bauru possui maior prevalência de microempresas quando comparada ao restante do estado (+13,2%), o que demonstra a importância de políticas que incentivem este tipo de empreendimento. A importância das MPEs para o total de vínculos varia entre 32,0% e 58,5%, sendo que a região se encontra em uma posição inferior (22^a), com 42,7% dos vínculos formais de emprego relacionados à MPEs. Verifica-se maior importância de grandes empresas na geração de vínculos empregatícios na região (44,9% do total). Ainda assim, as grandes empresas empregam, na

média, menos pessoas do que no restante do estado (-2,8%).

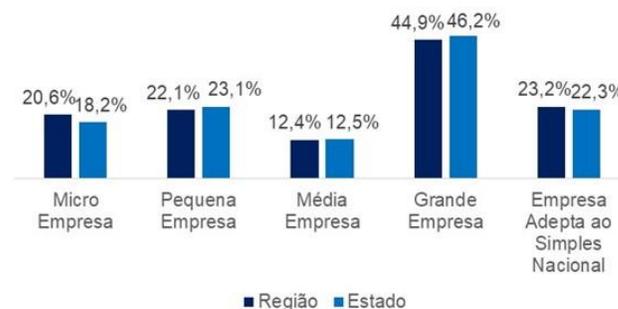


Figura 5: Participação de vínculos formais por porte de empresa na região de Bauru em comparação com o restante do Estado

Por se tratar de uma região com menor desenvolvimento econômico, o rendimento médio dos trabalhadores é inferior àquele observado na média do estado, independentemente do porte da empresa. Quando analisados de forma agregada, os dados de renda revelam que os trabalhadores recebem o equivalente a 74,6% da média estadual. A região de Bauru é apenas a 17^a entre aquelas com maiores rendimentos médios, condizente com os resultados verificados para o PIB per capita na região (14^o maior do estado).

3.3 Formalidade e informalidade dos vínculos empregatícios

No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível

municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente está em nível baixo, quando comparado às demais regiões do Estado. Para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos há 379,5 vínculos formais, o que indica uma formalidade superior (10^a colocação) frente as outras regiões.

Um aspecto importante no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador ao sistema de seguridade social se refere aos microempreendedores individuais (MEIs). Para analisar a importância dos MEIs nas diferentes regiões do estado foi aferido o número total de registros ativos por região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos). A região apresenta 94,0 MEIs registrados para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos e se situa em nível elevado (6^a colocação) quando comparada as demais regiões. Este indicador variou entre 77,9 para na região de Barretos até 100,4 na região do município de São Paulo (Capital Leste e Capital Sul).

A análise comparada dos setores produtivos com base no número de vínculos formais por atividade produtiva, confirma que há vocação para o setor agropecuário e indústria básica a ele relacionado. Nesse contexto, as atividades de maior destaque regional ante o restante do estado são (i) a fabricação de biocombustíveis

(+541,4% no total da economia e +790,6% entre MPEs), (ii) fabricação e refino de açúcar (+140,0% no total mas ausente entre MPEs), (iii) abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca (+490,9% no total e + 64,8% entre MPEs) e (iv) fabricação de calçados e de artefatos de couro (+538,0% no total e + 531,1% entre MPEs).

3.4 Atividades econômicas

Na região existe grande participação da agricultura familiar entre os estabelecimentos agrícolas (60,6%), que em sua maioria aderem ao programa de incentivo à agricultura familiar do governo federal (Pronaf). Entre os 9.169 estabelecimentos agrícolas registrados nos 39 municípios da região de Bauru, 3.387 (36,9%) aderiram ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), participação 9,3% superior ao conjunto do Estado de São Paulo (33,8%).

A análise do tipo de produção predominante na região oferece indícios sobre sua vocação agrária e pode ser importante para a elaboração de políticas públicas de incentivo ao setor. É possível constatar que a pecuária e criação de outros animais é a atividade predominante, estando presente em 4.956 estabelecimentos (54,1% deles, ou +4,3% ante o conjunto do estado). Padrão similar é notado tanto para a produção de lavouras temporárias, 29,2% mais presentes na região (22,8% ante 17,7%),

quanto para a horticultura e floricultura (+13,7%). Diferentemente, as lavouras permanentes, ainda que moderadamente presentes (7,5% dos estabelecimentos), têm participação 52,7% menor do que aquilo aferido para o conjunto do estado (15,8%). Também subrepresentadas são as atividades de horticultura e floricultura (-14,1%).

3.5 Associativismo e assessoria técnica para estabelecimentos

Com relação ao associativismo, dentre os estabelecimentos agrícolas cerca de 39,1% aderem a algum tipo de associação, em especial a cooperativas (69,0%, ou 2.472 propriedades), seguidas pelos movimentos de produtores (34,7%, ou 1.244 estabelecimentos) e pelas entidades de classe (17,3%, ou 620 estabelecimentos). Ressalta-se que a moderada aderência dos agricultores a algum tipo de associação coloca a região de Bauru na 12ª posição no ranqueamento estadual.

Quanto à assistência técnica, 47,5% dos estabelecimentos agrícolas da região têm acesso a algum tipo de apoio às suas atividades, isto é, +15,9% na comparação região-estado. Destacam-se entre os provedores, a assessoria própria (55,1% do total) e os governos federal, estadual ou municipal (25,5%). Por outro lado, apenas 19,5%, ou 848 dos estabelecimentos, recebem

assessoria de cooperativas e menos de 1% (0,9%, ou 38 estabelecimentos) a recebem via Sistema S, o que pode significar uma desvantagem aos produtores, sobretudo da agricultura familiar com menores possibilidade de acesso a uma assessoria privada.

3.6 Emprego e níveis de ocupação

Sobre a análise do nível de emprego no contexto pandêmico a situação no Estado de São Paulo é a seguinte: (i) aumento da taxa de desocupação, (ii) estabilidade na taxa de participação na força de trabalho (total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas ou desocupadas), (iii) redução no mês de julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social, (iv) redução no mês de julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto, (v) aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando trabalho por causa da pandemia, (vi) redução da Taxa de Informalidade e (vii) impactos negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas.

Na região de Bauru, os dados para o período de janeiro a julho de 2020 revelam que houve perda de 575 vagas formais na região. Considerando apenas os meses críticos – abril e maio – a região apresentou saldo negativo de -7.365 vagas no bimestre. Vale ressaltar que esse momento de supressão de empregos se

deu em período de grandes incertezas e maiores restrições às atividades, bem como antecedeu a implementação pelo governo paulista do Plano São Paulo para convívio com a pandemia, algo ocorrido a partir do mês de junho. A partir de então houve aumento gradual nos saldos mensais de contratações, o que atenuou a perda de empregos observada.

Estruturalmente, tem-se que as MPEs foram mais afetadas (-3,6%), mesmo que em menor proporção do que a média estadual (-10,7%). Por outro lado, o nível de empregos se viu menos impactado nas empresas médias e grandes tanto na região, onde chegaram, inclusive, a apontar resultado positivo (+3,0%), quanto em âmbito estadual (-2,9%). De qualquer forma, o menor impacto da crise na economia regional pode ser explicado em grande parte pelas vocações econômicas que direcionam a economia regional para a agropecuária e indústria de insumos básicos e a tornam comparativamente menos dependente de comércio e serviços, setores que foram mais afetados pela diminuição da circulação de pessoas durante a pandemia.

4. Dimensão Institucional

4.1 Gestão fiscal

A região ostenta apenas a 23ª maior receita per capita dentre as regiões de articuladores

analizadas, em nível 16,6% abaixo da média estadual (R\$ 3.261,65 ante R\$ 3.910,65) e com grande heterogeneidade entre os 39 municípios. Por sua vez uma característica comum às cidades da região é a dependência de receitas obtidas por meio de transferências, com maior participação no total do que as receitas próprias. A esse respeito, o conjunto das 39 cidades apresenta participação 48,8% menor das receitas próprias do que a média do Estado de São Paulo.

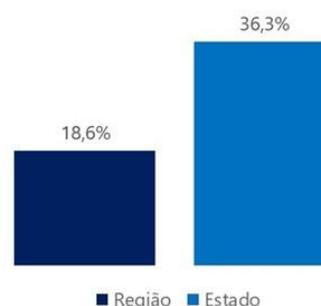


Figura 6: Participação Da Receita Própria em relação a receita total na região de Bauru

Cabe ressaltar que, ao discutir a composição das transferências na região, observa-se que, para o ano de 2018, os padrões da região e do conjunto do estado são semelhantes e apontam para uma maior importância das transferências estaduais ante as federais. As distribuições se dão, entretanto, em patamares distintos, uma vez que há, na região, menor concentração (-8,4%) em transferências estaduais (44,8% ante

48,9%) e nível maior de participação (+27,1%) de transferências federais (39,6% ante 31,1%).

Do ponto de vista das despesas a região de Bauru tem um valor de gastos per capita (R\$ 2.816,92) 15,1% inferior ao restante do estado de São Paulo (R\$ 3.317,68), algo condizente às menores receitas por habitante da região. Em comparação às demais regiões, as despesas per capita se situam em patamar inferior (23ª posição). Na análise do perfil de gastos, percebe-se maiores gastos do que o conjunto paulista em Saúde, Assistência Social e, particularmente, Agricultura, o que coincide com a maior participação comparada do setor público na provisão de assistência técnica a agricultores na região de Bauru.

De modo complementar, a região despende percentual semelhante (+0,5%) com pessoal como proporção da receita corrente líquida (RCL) ante a totalidade do estado. Isso exerce impacto direto na classificação dos municípios segundo o respeito aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Vale destacar, que 32 dentre os 39 municípios (ou 82,1% deles) estão em conformidade à LRF, enquanto 2 se encontram acima do limite prudencial (54% da RCL destinadas a gastos com pessoal), 1 está acima do limite de alerta (>57%), 1 está acima do limite máximo (>60%) e outros 3 não disponibilizaram informações comparáveis, o que impede a sua classificação.

Os indicadores de capacidade de pagamento (CAPAG) municipais mostram que a região possui proporções de municípios com nota final CAPAG no nível A (2,6%) inferior às demais áreas do estado (9,9%). Por outro lado, nota-se que os municípios da região se mostram mais presentes na comparação região-estado entre aqueles classificados com nota final B (+27,2%). Também existe sobrerrepresentação regional, ainda que leve, na categoria C (+4,5%, ou 43,6% ante 41,7%).

Ao se analisar cada indicador CAPAG separadamente, tem-se que a região de Bauru possui uma distribuição de notas de endividamento assemelhada àquela do estado, com predominância em ambas da classificação mais alta (A). Padrão similar ocorre para as notas de liquidez, moderadamente mais favoráveis em âmbito regional (+15,8%) em função da menor participação de municípios sem registro (-63,2%). Entretanto, para o indicador de poupança corrente, a região está comparativamente sub-representada na categoria A (-69,9%) e sobrerrepresentada nas categorias mais baixas – B (+18,7%) e C (+14,9%). Em linhas gerais, verifica-se a existência de possível gargalo para a saúde financeira dos municípios da região atrelado à relação desfavorável de receitas e despesas correntes.

4.2 Instrumentos de planejamento setorial

Existe enorme discrepância na sua implementação, pois a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal a torne mandatória tende a gerar maior implementação desses instrumentos. Esta é a situação de áreas como Saúde (exigência do SUS), Educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e Assistência Social (exigência do SUAS). Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser bem menos planejadas, como ocorre em áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar. Em nível intermediário encontram-se setores como resíduos sólidos e habitação que ou possuem legislações federais mais recentes (caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida) ou estão sujeitas a menores incentivos federais (caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

4.3 Instrumentos de planejamento territorial: consórcios intermunicipais

O consorciamento pode ser explicado por razões similares: áreas com esquemas mais propensos à colaboração federativa se destacam no associativismo territorial, como é o caso da saúde. Vale ressaltar que esse padrão é observado em âmbito estadual, porém

não é realista para descrever a saúde na região de Bauru.

O mesmo raciocínio por trás dos consórcios em saúde, existiria na área de manejo de resíduos sólidos em função da determinação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos para que cidades que desejem receber transferências voluntárias da União estejam consorciadas. A esse respeito, nota-se entre os municípios da região maior propensão ao consorciamento na área. O mesmo ocorre para os temas de gestão das águas e meio ambiente – 3 áreas diretamente ligadas à pauta ambiental – bem como para turismo e transporte.

Cerca de 38,5% dos municípios da região participam de ao menos 1 consórcio, de forma que ela é classificada apenas como a 19ª com taxas mais elevadas nesse quesito. Nessas circunstâncias, a região de Bauru possui, de forma geral, uma menor propensão ao consorciamento do que a média estadual, ao menos para o agregado das áreas de políticas públicas analisadas. Um indicador desse tipo pode servir de referência para a atuação do SEBRAE-SP visando a identificar quais estímulos estão por trás do interesse do consorciamento de forma a buscar expandi-lo.

4.4 Instrumentos de gestão de fomento ao empreendedorismo



No caso da Lei Geral, há menor adesão na região de Bauru ante o conjunto do Estado de São Paulo (-27,3%). O mesmo ocorre a respeito do conjunto de Sala do Empreendedor e SEBRAE (-35,9%). Já sobre a implantação de Políticas de Desenvolvimento e da Via Rápida Empresa os patamares estadual e regional se equivalem. O mapa regional dos instrumentos implementados é importante para que o SEBRAE-SP oriente suas ações de assessoria técnica na região visando a melhorar sua performance, pois as médias estaduais parecem indicar que há espaços para tanto.

Em relação à performance comparada da região em relação às demais 27 do restante do estado, os dados revelam que Bauru não se encontra entre as mais bem classificadas na implementação da (i) Lei Geral (22ª posição), (ii) Sala do Empreendedor (22ª), (iii) presença do SEBRAE (17ª) e Via Rápida Empresa (16ª posição). Esses tópicos podem orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação.

Nos demais instrumentos de gestão local, a situação da região é a que segue.

Pela ótica da desburocratização e do uso do poder de compras, a região se encontra

atrasada em relação ao conjunto do Estado de São Paulo. Por outro lado, na Rede Simples e nos agentes de desenvolvimento a região ocupa melhor posição ante o restante do estado, uma vez que mostra comparativamente maior presença em estágios mais avançados de implementação.

4.5 Políticas de apoio ao associativismo e cooperativismo

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema de associativismo e cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A maioria dos profissionais que respondem pelas políticas relacionadas ao associativismo e ao cooperativismo não tem experiência



empreendedora, possui, porém, empreendedores nas suas famílias.

Constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, havendo, portanto, oportunidade para que o SEBRAE-SP atue junto aos demais municípios de forma a que também eles atendam ao disposto na legislação nacional. Outra informação importante diz respeito à presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Assim, para o SEBRAE-SP reforça a importância de capacitar as prefeituras para que sigam atuando e ampliando suas iniciativas de atendimento a esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Ademais, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ,

cooperativas e associações são todas relevantes. Desse modo, a partir do tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante.

Por fim, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas cidades, ainda que possa ser avaliada a possibilidade de sua expansão, caso de 25% das localidades. Para tanto, deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e economia local, para a avaliação da viabilidade de incentivos nessa direção. Essa é, portanto, mais uma área de atuação que se abre ao SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

4.6 Compras governamentais

Quanto aos resultados da pesquisa primária, o perfil de respondentes foi composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem, e com alta escolaridade. Dentre os gestores, 38,2% autodeclararam-se empreendedores e 67,7% afirmaram ter empreendedores na família, o que mostra como esta característica está correlacionada com a gestão municipal.

Quase a totalidade dos municípios (97,7%) faz uso do site da prefeitura para dar publicidade à gestão das compras, e menos de 30% utilizam



portais de pregão (públicos ou não). Cerca de 1/3 afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas, e 13,6% das cidades afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Em 86,4% das cidades existe algum tipo de planejamento anual de compras e há alta frequência a cursos de atualização e de capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Finalmente, temos uma análise sobre a composição da merenda das crianças. A maior parte das cidades tem presença de produtores familiares locais (85,4%). Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%) e uma presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando-se os dados secundários detalhados para a região de Bauru, há espaço para evolução no processo de compras, em especial devido a que 12,5% das compras são realizadas por meio de dispensa de licitação. É importante salientar que, infelizmente, as informações disponíveis trazem elevada proporção do tipo “outros/não aplicável”, impossibilitando a identificação do mecanismo

de implementação das compras para parcela significativa das aquisições (69,6%).

Quando observados os dados de compras de alimentos relacionados à educação, a dispensa de licitação também é prática recorrente (10,7%), nota-se, porém, alto índice de uso do pregão eletrônico (48,1%) e da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC, 24,4%), bem como menor parcela de aquisições do tipo “outros/não aplicável” (15,1%), o que é positivo. Por fim, é possível observar espaço para o aumento de convênios com a esfera federal para aquisição de alimentos, uma vez que o índice regional para este tipo de compra é inferior à média estadual.

4.7 Inclusão produtiva

A pesquisa de inclusão produtiva mostrou um universo diversificado, cujo perfil gerencial é similar às demais áreas investigadas. A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.



Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados, estão predominantemente em três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluía construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a primeira, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, o maior provedor são as prefeituras e suas secretarias municipais

responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa – por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. Resta saber se a causa é um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, o que representa parcela muito reduzida do público alvo potencial, quando considerado esse indicador bastante simples. Por outro lado, destaque para 14,8% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para que se identifiquem as possibilidades de apoio às prefeituras, visando a ampliar a quantidade de alunos atendidos.

No tocante às ações de inclusão produtiva na região de Bauru, a maioria dos gestores municipais (82,1%) ou relata não haver diagnósticos ou estudos sobre desafios da



inclusão produtiva ou não soube responder a pergunta. Destaca-se que a participação municipal em ações para a geração de trabalho e renda (64,1%) é superior do que em projetos de inclusão produtiva rural (48,7%). Há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais essas ações não figuram como políticas públicas.

No campo das ações de inclusão produtiva rural, as cidades investem mais na compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE e PAA, seguida de ações de aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas e as de fomento a empreendimentos coletivos rurais (associativismo, cooperativismo e economia solidária). Por outro lado, as ações de doação de sementes ou matrizes de pequenos animais são as atividades menos presentes na região de Bauru.

Nas iniciativas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra, atividades amplamente desenvolvidas (61,5% das cidades), chama a atenção que 33,3% das cidades não possuem iniciativas nessa área. Na área da inclusão produtiva urbana, fomento a atividades produtivas (artesanato ou empreendimentos individuais ou coletivos urbanos) assumem destaque. O segundo grupo é o de ações de apoio técnico ou de incubação de negócios, embora esse último seja menos relevante por exigir maiores investimento e

recursos técnicos. No terceiro grupo estão ações de apoio logístico como doação de equipamentos.

No contexto das ações de crédito e microcrédito, grande parcela das cidades da região desenvolve esse tipo de ação (46,2% das cidades). Destaque para o fato de que todas as cidades da região que participam de ações na área dispõem de instrumentos como Banco do Povo. Por outro lado, são inexistentes as ações de acesso a crédito do Proger urbano, ante penetração de 9,1% no restante do Estado de São Paulo.

Por fim, nas ações de geração de trabalho e renda, sua existência é representativa nas cidades, mas 33,3% não possuem iniciativas nesse campo. O foco das ações parece bem equilibrado ao incorporar tanto projetos de comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários quanto de apoio ao associativismo, ao cooperativismo e à economia solidária.

Em resumo, as ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região de Bauru, mostram que se trata de uma política pública amplamente utilizada, ainda que existam diferenças entre as ações. Por outro lado, não é desprezível o número de cidades que não possuem iniciativas

nesse campo, o que indica espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

5. Considerações finais

Considerando a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região de Bauru é bastante expressivo. Nesse sentido, esse capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos.

1. Inicialmente, há que se ressaltar que todas as análises apresentadas ao longo deste relatório tomam por base uma região de grande porte em termos do número de municípios que a compõe (39 cidades, ou 6,0% do total) mas menos expressiva quanto à participação de sua população no total paulista (1.162.841 habitantes, ou 2,5% do total paulista). Distributivamente, a população regional se encontra fortemente concentrada nos 2 maiores municípios – Bauru e Jaú – onde vivem 45,3% dos moradores da região.
2. Importância de considerar-se a alta participação de pequenos municípios na região (43,6% até 10 mil habitantes), o que

possui implicação no tipo de política pública e de assessoria técnica. Nesse caso, o consorciamento e outras modalidades de associativismo podem ser ampliadas e qualificadas de forma a que se possa gerar economias de escala.

3. A população regional se mostra mais envelhecida (+13,2%) do que o restante do Estado de São Paulo. Além disso, há, comparativamente, sub-representação na região de grupos etários mais jovens, fatores que afetam a disponibilidade da PEA e influenciam a dinâmica econômica e o perfil do gasto público regional em áreas como saúde e assistência social.
4. Entre as mulheres a subrepresentação regional se dá até a faixa dos 50 anos, ao passo que entre os homens essa defasagem ocorre apenas até o grupo de 20-24 anos, quando eles passam a estar sobrerrepresentados. Essa característica ajuda a explicar a alta razão de sexos (99 homens/100 mulheres) que coloca a região na 6ª posição do estado. Deve-se investigar se a migração para a região de homens jovens por razões laborais é explicação para as diferenças nas participações de homens e mulheres na pirâmide etária regional.
5. Educação básica majoritariamente pública, mas com espaço para melhor aproveitar os

recursos humanos de docentes, que possuem menos alunos que a média estadual em todas as etapas do ensino fundamental e médio.

6. Um tema que merece destaque é a educação técnica, visando a avaliar sua adequação às vocações econômicas regionais, reveladas pela sobre-representação ante o estado da agropecuária e da indústria no PIB regional. Vale ressaltar que, atualmente, não existem cursos técnicos federais na região, o que indica importante gargalo a ser preenchido com vistas ao aumento da produtividade econômica.
7. Qualidade do ensino é um tema relevante, considerando as notas do IDEB equivalentes à média estadual no ensino fundamental, porém levemente piores na região. Entretanto, a participação dos municípios com notas do IDEB abaixo da meta local é 63,5% superior na região nos anos iniciais dessa etapa de ensino, o que indica deficiência a ser corrigida. O consorciamento se apresenta como uma saída oportuna, visando a realizar a capacitação de professores e demais trabalhadores da educação, a exemplo do que ocorre com a experiência da Câmara Técnica de Educação do Consórcio

Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP).

8. O ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados a engenharia, produção e construção (22% ante 15% no estado). É importante que se implementem políticas que aproveitem esse capital humano qualificado como indutor do desenvolvimento econômico regional.
9. Estrutura ambulatorial superior às demais regiões do estado, com destaque para a rede ambulatorial de média complexidade. A região também se mostra sobre-equipada na média de leitos de internação por habitante, porém subequipada na disponibilidade de respiradores e de leitos em UTI, o que evidencia gargalo importante no enfrentamento da atual pandemia de COVID-19. Diante do perfil mais envelhecido da população, a saúde pública parece ser uma área com desafios maiores, ainda mais considerando que será a demanda deve crescer no cenário pós-pandemia. O consorciamento se destaca como resposta essencial a ser construída ou aprofundada no enfrentamento dessa questão.

10. Vulnerabilidade social comparativamente menor em termos de população vivendo em extrema pobreza e IDHM equivalente à média estadual. Ainda assim, o PIB per capita é inferior à média estadual.
11. Assistência social se encontra proporcionalmente melhor posicionada do que o restante do estado no quesito oferta de equipamentos públicos. A partir da análise da extrema pobreza na região, tem-se que a vulnerabilidade social é mais baixa. Também é mais baixa a penetração tanto do programa Bolsa Família quanto do auxílio emergencial quando os percentuais de beneficiários da região são comparados aos das demais áreas do Estado de São Paulo. Ainda assim, políticas de inclusão produtiva e de assistência social não deixam de ser importantes na região.
12. Há concentração de municípios nos grupos em transição, dinâmico e equitativo apesar da população, em sua maioria, residir em localidades classificadas como dinâmicas. Em contrapartida, ao se comparar com o Estado, a população residente em municípios classificados como desiguais se mostra reduzida.
13. Existe disparidade econômica regional, o que indica que programas redistributivos visando equalizar essas diferenças podem ser políticas públicas importantes, bem como avaliar como esse tema transversal pode ser inserido nos consórcios intermunicipais ou mesmo orientar ações coordenadas pelo SEBRAE-SP. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.
14. Economia regional com sobre-representação da agropecuária (+185,1%) – com grande presença da agricultura familiar – e da indústria (+19,1%) ante o restante do estado, embora o setor de comércio e serviços seja o responsável por maior parcela do PIB regional. Além do setor de serviços, a administração pública também é importante para a economia regional, o que indica caminhos para orientar os benefícios de planos territoriais de desenvolvimento para potencializar e diversificar esses setores. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.
15. No campo do desenvolvimento econômico, ainda que a região seja caracterizada pela presença da agropecuária e pela indústria de insumos básicos, deveriam ser analisadas as possibilidades de conectar a modernização econômica às vocações regionais dominantes. Nesse sentido um possível segmento é a indústria de fabricação de calçados e de artefatos de

couro, beneficiada pela matéria-prima disponibilizada pela também importante atividade de abate de animais na região.

16. Quantidade de MEIs maior que a média estadual nos setores agropecuário e industrial, mas proporcionalmente menor em serviços e comércio. Ações visando a qualificar a gestão dessas empresas e de capacitação de mão-de-obra podem ser particularmente importantes, sobretudo considerando os números médios de capacitados captados pela pesquisa primária que indicam existir amplo espaço para incremento da oferta de cursos e atividades de educação profissional.
17. Informalidade mais baixa na região, porém ainda com potencial de redução através da expansão dos MEIs tanto na atuação do SEBRAE-SP como das prefeituras.
18. Região comparativamente caracterizada por mais elevado nível de associativismo entre produtores rurais ante o restante do estado. Entretanto, o patamar de 39,1% de associativismo mostra ainda existir caminho aberto para incentivo a esse tipo de cooperação entre agentes econômicos seja pelo SEBRAE-SP seja pelos governos locais. De forma mais específica, sobretudo a agricultura familiar mostra o potencial para

o apoio técnico a esses produtores e para o campo das compras governamentais.

19. Sistema S com reduzida atuação de assistência técnica mostra um espaço de crescimento dessas atividades junto às empresas. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto como elo entre as cidades e o SEBRAE-SP, ao menos para diagnosticar demandas de apoio técnico.
20. A baixa penetração da assessoria técnica (47,5% dos estabelecimentos agrícolas) é ainda mais desafiadora para a agricultura familiar, a qual apresenta menores possibilidades de acesso à assessoria privada, justamente a principal fonte provedora de apoio técnico às atividades agrícolas observadas na região de Bauru (55,1% do total financiada com recursos próprios).
21. Pandemia afetou o nível de emprego, sobretudo das MPes, mas a região se viu menos afetada do que o restante do Estado de São Paulo. Isso é possivelmente explicado porque regiões com mais elevada atuação do setor de comércio e serviços foram as mais afetadas pela situação sanitária e, comparativamente, há maior participação na região de Bauru da atividade agropecuária e da indústria. Esta

pode ser uma questão importante para orientar as políticas de suporte municipal e do SEBRAE-SP.

22. Gestão fiscal muito dependente de transferências intergovernamentais e com volumes mais próximos de receitas advindas dos governos federal e estadual, ao contrário do restante do Estado de São Paulo, bem mais dependente das receitas estaduais. Percentual de receitas próprias abaixo da média do estado. Claramente devem ser identificadas as possibilidades de modernizar a gestão fiscal dos municípios (atualização do valor dos imóveis para a cobrança do IPTU ou a informatização dos cadastros para a cobrança desse tributo e do ISS, por exemplo). Esta é uma área com grande potencial de inovação no setor público municipal.

23. Melhorar a gestão das despesas com pessoal é um tema que surge em função do impacto direto que exerce sobre a maior proporção de municípios da região acima dos limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal. Modernizar as práticas de gestão de recursos humanos é uma oportunidade de inovação na gestão pública municipal, bem como pode ser incentivada pelo intercâmbio de

experiências regionais em arranjos consorciados.

24. Planejamento de políticas é heterogêneo e onde mais existem são nas áreas em que há indução ou legislação federal. Nas demais áreas que dependem da iniciativa local os números são bem mais modestos. Nesse campo existe um amplo espaço de inovação na gestão pública municipal que pode ser realizado por capacitações e assessorias ofertadas pelo SEBRAE-SP.

25. Na mesma linha segue a importância da inovação na gestão pública municipal, visando a incentivar a melhoria do ambiente de negócio (legislações de desburocratização e fortalecimento das MPEs). A análise realizada mostra que essas políticas públicas possuem um espaço muito significativo para serem expandidas.

26. De forma geral, a inovação na gestão pública municipal surge como um campo profícuo de oportunidades (planejamento municipal, informatização da gestão fiscal e de compras, qualificar a gestão de pessoal, incentivo aos consórcios, dentre outras possibilidades) que podem reforçar uma atuação mais sistemática do SEBRAE-SP). Estas são áreas com grande potencial de inovação no setor público municipal.

27. O consorciamento intermunicipal obedece a uma lógica similar e igualmente é influenciado pela legislação federal. Outra informação importante diz respeito à presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Assim, para o SEBRAE-SP reforça a importância de ofertar apoio técnico para a instalação de consórcios e para capacitar as prefeituras para que sigam atuando e ampliando suas iniciativas de atendimento a esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda.

28. A presença expressiva de associações, cooperativas e grupos informais também indica a existência de espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto.

29. Na região de Bauru é perceptível o espaço para evolução no processo de compras, em especial devido ao alto índice de compras

realizadas por meio de dispensa de licitação. A compra de alimentos destinados à educação aponta, no entanto, que apesar de que a dispensa de licitação também seja prática recorrente, há nível elevado de uso do pregão eletrônico e da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC), o que é positivo. Por fim, é possível observar espaço para o aumento de convênios com a esfera federal para aquisição de alimentos, uma vez que o índice regional para este tipo de compra é inferior à média estadual.

30. Políticas de diversidade de gênero, idade e de raça são questões importantes de serem consideradas, pois a pesquisa primária mostra que homens brancos na faixa de 35 a 45 predominam na gestão das políticas de inclusão produtiva, compras governamentais e associativismo e cooperativismo.

31. Ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região de Bauru, mostram que se tratam de políticas públicas amplamente utilizadas, ainda que existam diferenças nos níveis de adoção das ações. Por outro lado, não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas na área, o que indica espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de



qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.